

## Apresentação

A Revista de Educação Pública, regularmente, dedica uma edição à apresentação dos trabalhos que se destacaram no Seminário Educação (SEMIEDU). O referido Seminário, evento tradicional no estado de Mato Grosso, com dezessete anos de história, teve início no ano de 1992, no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, sob a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Anualmente são tratadas temáticas de relevância política, cultural, social e científica, de forma a divulgar e socializar as pesquisas realizadas no âmbito da universidade, bem como responder às inquietações e necessidades da sociedade.

Nessa perspectiva, a presente edição da Revista de Educação Pública discute “políticas educacionais”, tema central do Seminário Educação realizado em novembro de 2009. Essa atividade acadêmica foi organizada pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Trabalho Docente (GEPDES), sob coordenação da Profa. Maria das Graças Martins da Silva e pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Ciências da Natureza (EDUCIN-MT), sob coordenação da Profa. Tânia Maria Lima Beraldo.

A escolha da temática *Políticas educacionais: cenários e projetos sociais* deu-se pela necessidade de evidenciar as formulações e ações do poder público no campo social, reportando aos seus investimentos, gestão, destinação de políticas sociais, interesses e forças em questão, organização e participação da sociedade civil, marco jurídico, resultados alcançados, análise das relações político-econômico-sociais, entre outros. Tais aspectos traduzem, enfim, um compromisso social, um projeto social, o que esteve no centro das discussões então realizadas. Em especial no campo da educação, o debate abordou os pontos de tensão e as interferências entre o nível macro (as políticas governamentais) e o micro (a instituição escolar, o gestor, o professor, o aluno etc.). Estimulados pelas discussões realizadas nas conferências e mesas-redondas, os Grupos de Trabalho (que totalizaram 18), ao abordar questões específicas, protagonizaram relatos de pesquisas e debates teóricos.

Entendemos, pois, que os textos publicados nesta edição refletem, de certa forma, a riqueza e o entrecruzamento de temáticas que se apresentaram tão vivamente no Seminário Educação 2009, o que nos permite, orgulhosamente, dá-los a conhecer a um público mais ampliado.

A Revista inaugura o debate com o artigo de Vera Maria Vidal Peroni, intitulado *A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado*. A autora ancora-se em dados de pesquisas sobre as redefinições do papel do Estado no contexto da reestruturação capitalista para analisar as parcerias entre o público e o privado na educação. O foco de sua atenção são as parcerias entre escolas públicas e o setor privado, particularmente o Instituto Ayrton Senna. As

reflexões dão destaque a um duplo movimento de mudanças na relação público/privado: 1) alteração da propriedade pela passagem do estatal para o público não estatal ou privado; 2) permanência da propriedade estatal, porém regulada pela lógica de mercado que passa a reorganizar os processos de gestão, resultando no que alguns autores chamam de *quase-mercado*. Para desenvolver as análises, a autora estabelece relações entre esse tipo de iniciativa e as políticas neoliberais que defendem a ideia de Estado Mínimo, bem como com a terceira via, vertente teórica que, por considerar o Estado ineficiente, defende a sua reforma, tendo o mercado como parâmetro de qualidade. Em suma, as reflexões desenvolvidas questionam parcerias não apenas pela passagem do estatal para o público não estatal ou privado, mas também pelo fato de que se constituem em projetos que restringem as possibilidades da escola organizar suas atividades com a necessária autonomia e de promover a gestão democrática, pois a gestão escolar tende a ser monitorada por agente externo.

Em *O financiamento da educação estatal no Brasil: desafios para sua publicização*, Nicholas Davies examina alguns desafios para a publicização do financiamento da educação estatal em nosso país. Parte de discussões sobre a apreciação da natureza do Estado e de suas políticas para, em seguida, abordar os percalços desse financiamento. As análises desenvolvidas explicam que os mesmos estão relacionados, em grande parte, ao caráter privatista do Estado, revelado, por exemplo, pelo privilegiamento da política fiscal/econômica e não das políticas ditas sociais, que incluem a educação. O autor relaciona os percalços a diversas questões: perda de recursos provocada pela inflação, sonegação fiscal, criação de impostos com o nome de ‘contribuições’; não cumprimento dessa exigência constitucional pelas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e sua impunidade; fragilidade na atuação dos órgãos fiscalizadores; desigualdade de recursos disponíveis para a educação nas três esferas de governo; significado e implicações dos fundos, que apenas redistribuem, entre o governo estadual e as prefeituras, uma parte dos impostos já constitucionalmente vinculados à MDE, com base no número de matrículas no ensino fundamental regular (FUNDEF) ou na educação básica (FUNDEB). Na perspectiva de atenuar esses e outros problemas do financiamento da educação, o autor considera que uma solução seria a priorização das políticas ditas sociais, e não da política fiscal/econômica em favor do capital e/ou da burocracia estatal, possibilitando o aumento de recursos para a área “social”. Outra medida seria uma reforma tributária em favor das regiões, estados e municípios mais pobres. Por fim, seria fundamental o controle social sobre as verbas vinculadas à educação, uma vez que, sem este controle, as verbas, mesmo aumentadas, podem ser dilapidadas pelo desperdício, corrupção e tantos outros males da gestão da coisa pública.

O artigo *Ensino superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade*, de autoria de João Ferreira de Oliveira, Mariluce Bittar e Jandernaide Resende Lemos, dá evidências do alto nível de exclusão econômica e de seletividade social no Brasil, em termos do acesso e permanência na educação superior. Para desenvolver as análises dos autores partem de uma breve retrospectiva desse nível do ensino no país e mostram que tem ocorrido ampliação das matrículas e adoção de programas governamentais que visam favorecer o acesso, a exemplo do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Todavia, o acesso ainda é bastante restrito: apenas 13,9% da população, na faixa de etária de 18 a 24 anos, se encontram matriculados em algum curso de graduação, sendo que o maior número de matrículas vem ocorrendo em instituições privadas, no horário noturno. As reflexões apresentadas remetem ao entendimento de que o tripé “acesso, permanência e qualidade da oferta” continua sendo uma lacuna nas políticas públicas de educação superior. Os autores sustentam que no contexto da globalização se faz necessário compreender se o acesso e a realização de tais cursos contribuem efetivamente para a democratização da educação superior, de forma a propiciar maior inclusão social dos estudantes trabalhadores e, conseqüentemente, melhoria da sua qualidade de vida.

Heloisa Salles Gentil no artigo intitulado *Democratização da educação, universidade e movimentos sociais* parte de discussões sobre a democratização da educação para colocar em pauta as relações entre a universidade e os Movimentos Sociais (MsSs). A universidade é conceituada pela autora como uma instituição social e, como tal, tem entre suas funções o trabalho no sentido da manutenção da sociedade, mesmo que seja uma instituição fundada sob a égide da autonomia. Os movimentos sociais são conceituados como organizações da sociedade civil em busca de transformações sociais. As reflexões são orientadas pela busca de respostas para a seguinte questão: o que faz com que os Movimentos Sociais procurem as Universidades ou, sob outro ângulo, que as Universidades se coloquem a serviço de interesses dos MsSs? Para desenvolver as análises em torno desta questão, a autora busca amparo na concepção gramsciana de Estado e na concepção de movimentos sociais apresentadas na atualidade por Manuel Castells e Alberto Melucci. O Estado é entendido, portanto, como a sociedade política mais a sociedade civil, que por sua vez é concebida como arena de confrontos, onde se decide a hegemonia. É nessa arena que atuam os movimentos sociais e a universidade a fim de conquistar hegemonia. Se a universidade deseja contribuir com a tarefa de democratização da educação ela não pode restringir sua atuação a simples partilha de conhecimentos com grupos sociais menos favorecidos. Antes disso, segundo a autora, é preciso reconhecer que a ciência moderna não é capaz

de expressar verdades únicas e absolutas; existem outras formas de conhecimento que precisam ser inseridas nos diálogos. Assim, é possível produzir novas formas de produção de conhecimento e promoção da proclamada educação democrática.

Maria de Fátima Costa de Paula discute *Educação Superior, Democratização e Inclusão Social: Brasil e Argentina* por meio da comparação de dados relacionados com acesso e permanência no ensino superior. O panorama apresentado revela diferenças e semelhanças nas políticas educacionais de ambos os países. Dados da educação superior da Argentina, quando comparados aos do Brasil, revelam um quadro menos excludente em vários aspectos. No entanto, apesar das diferenças, em ambos os sistemas a educação superior reproduz as desigualdades sociais, já que os estudantes das classes dominantes têm mais chances de se graduarem, em especial nos cursos de maior prestígio social, que oferecem melhores oportunidades no âmbito do mercado de trabalho. Já os estudantes provenientes das classes desfavorecidas social e economicamente enfrentam restrições diversas que limitam as possibilidades de acesso aos cursos de graduação. Considerando a complexidade dos problemas educacionais na América Latina, a autora considera a necessidade da reforma da educação superior estar articulada à reestruturação da educação pública fundamental e média, no sentido do alcance da qualidade. Destaca também a necessária articulação com reformas sociais que conduzam a uma melhor distribuição de renda. A seu ver, apenas dessa forma criam-se situações para que os filhos das classes trabalhadoras tenham condições de acesso e permanência nas instituições educativas, sendo, nesse caso, possível falar em políticas educacionais democráticas.

No artigo *Aspectos a serem considerados na implementação da Lei 10.639/03 nas escolas de Mato Grosso*, Maria Lúcia Rodrigues Müller, com base em resultados de pesquisas sobre relações raciais em escolas de Mato Grosso, discute a implementação da Lei 10.639/2003, que modificou o art. 26º da LDBN e tornou obrigatória para todas as escolas brasileiras a adoção de conteúdos referentes à História da África, História do negro no Brasil e da cultura afrobrasileira. O texto inicialmente reflete sobre as desigualdades sociais entre brancos e negros, em especial as raciais manifestas na educação; na sequência, expõe os resultados de pesquisas e atividades de formação continuada para professores, tendo como objetivo a implementação da Lei 10.639/2003; por fim discorre sobre questões que considera pertinentes para futuros estudos de avaliação e análise das formas de implementação da citada Lei nas escolas de Mato Grosso. A autora ressalta que, no processo de implantação, não bastam definições técnicas, devendo-se considerar a dimensão política e cultural da realidade. Além disso, destaca a necessidade de considerar nos estudos os atores envolvidos e a cultura organizacional das escolas, muitas delas resistentes “à discussão sobre os processos escolares de discriminação contra o alunado negro”.

Paulo Eduardo Vasconcelos de Paula Lopes e Taciana Mirna Sambrano, em *Políticas educacionais brasileiras, Neoliberalismo e pós-modernidade: uma análise da perspectiva dos professores do Ensino de Geografia*, examinam a introdução do ideário neoliberal e pós-moderno na política educacional brasileira a partir da reforma do aparelho de Estado ocorrida na década de 1990. Tal estudo tem por base pesquisa realizada sobre as práticas, discursos e posições adotadas por professores de Geografia da rede pública de ensino do estado de São Paulo sobre os efeitos das reformas realizadas no ensino, além das práticas e formas de resistência frente a tais políticas. Os resultados da pesquisa mostram a penetração do ideário neoliberal e pós-moderno nas respostas dadas pelos professores de formação mais recente; além disso, evidenciam falta de criticidade de grande parte dos professores, que não identificam o Estado Neoliberal desobrigar-se das tarefas educacionais de sua responsabilidade. No geral, conclui, as falas demonstram que os docentes sofrem influência da referida ideologia, embora indiquem ações de resistência, motivo para que se considere as suas respostas ambíguas ou contraditórias.

Elizeth Gonzaga dos Santos Lima, no texto *Os processos de avaliação instituídos na educação superior e os processos de tomadas de decisão: significados, sentidos e efeitos*, questiona os processos de avaliação instituídos nas universidades, sustentando-se nos resultados de pesquisas sobre o Programa de Avaliação da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. A avaliação e as tomadas de decisão constituíram a base do seu estudo, que aponta para a importância de se fortalecer a participação dos sujeitos no desfecho da avaliação, provocando novas reflexões e revigorando as tomadas de decisão. Além disso, destaca a necessidade de que o processo de avaliação também seja avaliado para garantir o seu aperfeiçoamento e qualidade.

No texto final que se apresenta, *Para onde decola o país e a Universidade Brasileira?*, Luiz Augusto Passos trata da afirmativa de que o país (e, por consequência, as universidades) “decolaram” na perspectiva da emancipação, crescimento e democratização. O autor começa sua reflexão tomando as questões seguintes: decolagem de onde e para onde?; para quem e contra quem? Tais perguntas são movidas pela leitura da realidade, que indica que as melhoras proporcionadas para os setores populares são infinitamente menores às dirigidas aos setores dominantes. O segundo movimento do texto incide sobre o Processo de Bolonha, o qual sinaliza que a realidade brasileira está tensionada por um movimento expressivo de fora do país, onde se “trançam demandas e ajustes nas políticas das grandes agências brasileiras de controle das políticas de governo e públicas, mostrando o panorama complexo da presumível decolagem”. Com base em pesquisas publicadas nos anais da 32ª Reunião Anual da ANPEd 2009 (GT Formação dos Professores e de Políticas de Educação Superior), Luiz Augusto Passos indaga: “que decolagem é essa, que deixa à oferta aleatória âmbitos

imprescindíveis ligados aos aspectos formativos?” Amparado na premissa de que “não haverá Universidade formadora sem democracia direta”, encerra o texto com a afirmativa de que a única perspectiva capaz de salvar-nos é a que opta pela causa da democracia popular, aquela que abre espaços para os movimentos sociais, os protagonistas de mudanças e transformações.

Por fim, importa registrar que a apresentação dos textos, para nós, foi o mesmo que desfrutá-los, razão porque acreditamos que os leitores poderão contar com fecundo material para inspirar e subsidiar suas pesquisas.

Profa. Dra. Tânia Maria Lima Beraldo  
Coordenadora do Seminário de Educação/UFMT/2009

Profa. Dra. Maria das Graças Martins da Silva  
Coordenadora Adjunta do Seminário de Educação/UFMT/2009